



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº 2015

(Do Senhor Celso Maldaner)

Requer a realização de audiência pública para tratar sobre as novas diretrizes para a restruturação do Programa Brasileiro de Inspeção Animal – SISBI-POA.

Senhores Presidente,

Requeiro com base nos termos regimentais desta Casa, que ouvido no Plenário desta Comissão, seja realizado audiência pública para tratar sobre as novas diretrizes para a restruturação do Programa Brasileiro de Inspeção Animal – SISBI-POA.

Convidando para participar o representante do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/MAPA

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2015.

CELSO MALDANER
Deputado Federal – PMDB/SC

JUSTIFICATIVA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Ministério da Agricultura propôs na última semana novas diretrizes para a reestruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). As propostas abrangem as particularidades dos serviços de inspeção federal, estadual, distrital e municipal e têm como objetivo preservar a saúde pública; contribuir com a saúde animal; proteger os interesses do consumidor; desburocratizar e agilizar processos de trabalho, entre outros benefícios importantes para o desenvolvimento da agricultura brasileira. As diretrizes estão abertas para consulta pública e para envio de sugestões. Nos últimos três meses, foram realizadas diversas oficinas e reuniões com técnicos e diretores para a construção das diretrizes, que foram estruturadas sob três pilares: o primeiro é a hierarquização, seguido da sustentabilidade, modernização e capacitação para a educação sanitária. Pela proposta, o DIPOA será o Gestor Nacional do SISBI. Dessa forma, o DIPOA manterá todas as suas prerrogativas atuais, bem como atuará como órgão disseminador de informações e normativas técnicas, conferindo padronização das ações de inspeção. De acordo com as diretrizes, deve ser prevista também a criação de mecanismos de auto sustentabilidade para o SISBI de forma central, assim como nas três instâncias de execução. Na avaliação dos possíveis mecanismos de sustentabilidade, segundo a proposta, devem ser considerados a previsão de repasses sistemáticos de recursos da União, a viabilidade da cobrança de taxas e a realização de parcerias estratégicas com órgãos de atividades afins. Nas propostas relacionadas com a modernização, foram selecionados quatro aspectos centrais: a elaboração de uma legislação harmonizada; o aperfeiçoamento dos procedimentos de inspeção permanente; a inspeção periódica com base no risco; o aumento dos grupos de avaliadores de risco; e a revisão das responsabilidades dos setores público e privado, junto aos processos de verificação oficial dos programas de autocontrole.

Outro tema a ser trabalhado é a capacitação técnica e administrativa inicial e continuada dos servidores. Além disso, a capacitação didática dos servidores para desenvolvimento dos programas de educação sanitária também é destaque na proposta, além da realização de parcerias com entidades públicas e privadas para capacitação dos responsáveis técnicos (RT) dos estabelecimentos. A adesão dos serviços de inspeção ao SISBI seguirá sendo realizada como uma etapa transitória até que o sistema esteja estruturado de modo a garantir que os procedimentos e a organização da inspeção no país sejam realizados por métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados. Isso beneficiará a criação de um mercado único nacional, em que os produtos de origem animal terão livre trânsito e poderão ser comercializados em todo o País. Pela importância do tema, acredito ser de grande importância uma audiência pública para tratarmos sobre as novas diretrizes do SISBI/POA.